



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**

ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 6412, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020**

**Institui o Projeto “Prevenção da Violência Doméstica” como parte das políticas públicas de saúde da família no Município de Sumaré e dá outras providências.**

**Autor:** Vereador Eduardo Lima (Dudu Lima).

### **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ,**

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu, nos termos do artigo 66, §§ 5º e 7º da Lei Orgânica do Município de Sumaré, c.c. artigo 287 do Regimento Interno desta Casa de Leis, promulgo a seguinte lei:

**Art.1º** - Fica instituído o Projeto "Prevenção da Violência Doméstica" como parte das Políticas Públicas de Saúde da Família no Município de Sumaré, voltado à proteção de mulheres em situação de violência, por meio da atuação preventiva dos(as) Agentes Comunitários(as) de Saúde, da Secretaria da Saúde de Sumaré.

**Parágrafo único** - A implementação das ações do Projeto “Prevenção da Violência Doméstica” será realizada pela Secretaria Municipal da Saúde, de forma articulada com a Secretaria de Inclusão Social, através dos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) e dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

**Art. 2º** - São diretrizes do Projeto "Prevenção da Violência Doméstica";

**I** - Prevenir e combater as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres, conforme legislação vigente;

**II** - Divulgar e promover os serviços que garantem a proteção e a responsabilização dos agressores/autores de violência contra as mulheres;

**III** - promover o acolhimento humanizado e a orientação às mulheres em situação de violência por Agentes Comunitários de Saúde especialmente capacitados, bem como o seu encaminhamento aos serviços da rede de atendimento especializado, quando necessário.

**Art. 3º** - O Projeto “Prevenção da Violência Doméstica” será gerido pela Secretaria Municipal da Saúde.

---



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º - Caberá ao Poder Executivo definir os órgãos públicos que assumirão as funções voltadas à coordenação, planejamento, implementação e monitoramento do Projeto.

§ 2º - A participação nas instâncias de gestão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

§ 3º - Caberá à Secretariada Saúde de Sumaré definir as diretrizes para o atendimento às usuárias do Projeto, em consonância com as referências e normas vigentes para atendimento às mulheres vítimas de violência.

§ 4º - Caberá à Secretaria Municipal da Saúde e à Secretaria de Inclusão Social, através dos CRAS e dos CREAS, o provimento de apoio técnico-administrativo e os meios necessários ao funcionamento do Projeto.

**Art. 4º** - O Projeto "Prevenção da Violência Doméstica" será executado através das seguintes ações:

I - capacitação permanente dos(as) Agentes Comunitários(as) de Saúde envolvidos(as) nas ações,

II – impressão e distribuição de cartilhas e/ou outros materiais relacionados ao enfrentamento da violência doméstica, em todos os domicílios abrangidos pelas equipes do Programa.

III - visitas domiciliares periódicas pelos(as) Agentes Comunitários(as) de Saúde de Sumaré nos domicílios abrangidos pelo Programa, visando à difusão de informações sobre a Lei Maria da Penha e os direitos por ela assegurados;

IV - orientação sobre o funcionamento da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica no Município de Sumaré e sua localização;

V - realização de estudos e diagnóstico para o acúmulo de informações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança que busquem a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

**Parágrafo único** - O Projeto poderá promover, ainda, a articulação das ações definidas neste artigo com outras políticas desenvolvidas em âmbitos federal, estadual e Municipal.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Art. 5º** - Para a execução do Projeto "Prevenção da Violência Doméstica" poderão ser firmados convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, bem assim com consórcios públicos e entidades privadas.

**Art. 6º** - As despesas decorrentes da implementação do Projeto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 7º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sumaré, 18 de setembro de 2020.

**WILLIAN SOUZA**  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré, aos 18 de setembro de 2020.

**CLODOVY DOTA TELLES**  
Diretor da Divisão do Legislativo